

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES
COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

CEOP

N.º ÚNICO 527086

ENTRADA/SÁIDA N.º 393 DATA 11/06/15



Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Economia e Obras
Públicas
Deputado Pedro Pinto

Assunto – Audição urgente do Senhor Ministro da Economia para prestar esclarecimentos quanto ao processo de reprivatização da TAP

No âmbito do processo de reprivatização da TAP o Governo deu hoje mais um passo, ainda que provisório, ao anunciar a intenção de vender a empresa a um dos concorrentes que apresentaram propostas.

A menos de 4 meses das eleições legislativas tudo faz para privatizar, a dois tempos, 100 por cento da TAP - Transportes Aéreos Portugueses. Contra tudo e contra todos.

A intensa discussão pública realizada na sociedade portuguesa sobre a empresa TAP vem justificar, como se tal fosse necessário, o seu papel estratégico para o país. Pena é que este processo esteja a ser pautado por uma enorme falta de diálogo e de transparência.

A TAP tem alternativas e o Governo ignorou-as. Do mesmo modo, tem impedido o acesso a documentação relevante.

Tem ficado evidente que a operação não está fundamentada, não foi precedida das análises comparativas de mérito face às diversas alternativas e não mereceu consensualização na sociedade e com os diferentes partidos políticos representados na Assembleia da República.

O Governo não apresentou, se é que os tem, os estudos que permitam identificar os benefícios para o país relativamente a formas alternativas de alcançar os mesmos fins nomeadamente numa perspetiva de Análise custo-benefício bem como numa perspetiva de Comparador Público.

Também nunca disponibilizou as avaliações financeiras feitas à TAP, os documentos complementares ao

Caderno de Encargos, o resultado da auditoria à operação do Verão, os documentos relativos à seleção de consultores entre outros documentos que se têm mantido secretos.

O Governo pautou, também, este processo por uma enorme falta de transparência ao preferir, mais uma vez, a negociação particular e o ajuste direto em detrimento do Concurso Público, e ao não nomear atempadamente a Comissão Especial de Acompanhamento. Comissão que tem contribuído para depreciar o valor da empresa.

O Governo procurou, ainda, condicionar um futuro Governo ao consagrar, numa segunda fase, uma opção de venda e uma opção de compra de até 34% do capital social da TAP. Condicionalismo que vai ao extremo de fixar desde já, inclusive, um preço para a futura venda - ao contrário do ocorrido em outras privatizações.

Se até aqui o Governo não divulgou a informação adequada e necessária, hoje foi anunciando, sem os devidos detalhes, alguns aspetos relativos à proposta escolhida. Mas importa que tudo seja devidamente escrutinado pela Assembleia da República.

Daí que, face à decisão que foi hoje conhecida, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista venha requerer a audição, com carácter de urgência, do Senhor Ministro da Economia sobre o processo de reprivatização da TAP.

Lisboa, 11 de junho de 2015.

O Deputado,

Rui Paulo Figueiredo